

## Sumário

1. Introdução.....	1
1.1 Governança corporativa, corrupção e probidade: um diálogo necessário para as empresas estatais brasileiras.....	1
1.2 Justificativa da escolha do tema e a sua importância: tendência de evolução do conteúdo jurídico da governança para as empresas estatais brasileiras.....	7
1.3 Contribuição proposta e objetivos do trabalho .....	15
1.4 Plano da obra .....	22
2. Fundamentos Hermenêuticos e Constitucionais da Probidade Administrativa no Estado de Direito Contemporâneo e a Experiência Internacional no Combate à Corrupção Empresarial.....	25
2.1 Breve estudo sobre a moralidade administrativa e os seus significados na experiência brasileira em direção ao novo marco regulatório de governança de estatais.....	28
2.2 O reconhecimento da autonomia do instituto da probidade administrativa como bem jurídico e como princípio jurídico autônomo .....	38
2.3 O conceito de corrupção no âmbito das normativas nacionais e internacionais.....	50
2.3.1 O combate internacional e nacional à corrupção corporativa: evolução legislativa e origens da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) até a Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais).....	62
2.3.2 As perspectivas da corrupção e o (novo) papel da governança corporativa no setor público: um novo olhar sobre a Governança de Estatais.....	89
2.4 Conclusão intermediária.....	106

3. Governança Corporativa e Regulação: o Novo Marco Regulatório de Governança de Estatais e a Defesa da Probidade Empresarial no Estado Contemporâneo.....	109
3.1 A Reforma do Estado, a nova administração pública e a exploração de atividade econômica e de serviços públicos.....	119
3.2 A publicização do regime jurídico de governança de estatais .....	128
3.2.1 O paradigma publicista: a publicização do direito privado.....	133
3.2.2 O paradigma privatista: a privatização do direito público.....	138
3.3 O significado e o conteúdo jurídico do novo marco regulatório de governança de estatais: uma fundamental mudança de paradigma? .....	144
3.3.1 Governança corporativa no contexto das sociedades de economia mista federais: uma visão panorâmica do ambiente regulatório dos modelos de governança a partir da Lei nº 13.303/2016 .....	152
3.3.1.1 Setor Financeiro: Banco do Brasil S.A.....	157
3.3.1.2 Setor Produtivo de Petróleo, Gás e Derivados: Petrobrás Brasileiro S.A. ....	177
3.4 Balanço .....	197
3.5 Aproximação a uma teoria da probidade empresarial: a governança como garantia do interesse público-social nas sociedades de economia mista .....	203
Considerações Finais .....	219
Referências .....	225